

O movimento estudantil de medicina no contexto de pandemia de COVID-19

Andréia Vanessa Carneiro de Moraes
Bruna Marcella Silva Guimarães
Carlos Antonio Assis de Jesus Filho
Felipe Sampaio da Cruz
Ícaro Ferreira da Silva
Jéssica Góes da Silva
Luana Maria Gabriel Barreto
Nathália Aguiar Dantas
Ricardo Amaral Silva Ribeiro

Registros demonstram que há uma movimentação estudantil desde o final do século XIX. No Brasil Império, estudantes realizavam atividades político-culturais abordando a abolição da escravatura e republicanismos. Desse período consta o primeiro registro de organização dos estudantes de Medicina no Brasil, da Escola de Medicina da Bahia, criada em 1808 em Salvador. No início do século XX ocorrem as primeiras tentativas de organizar o Movimento Estudantil (ME) nacionalmente (BALLAROTTI, 2010).

A luta do Movimento Estudantil de Medicina (MEM), hoje, é comprometida com a transformação da educação médica (PINTO, 2000) na figura da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), representada em cada universidade pelo Centro ou Diretório Acadêmico. O Centro Acadêmico de Medicina (CAMED) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) surgiu no ano de 2014 marcando, assim, o início da ocupação de um espaço na construção e consolidação do curso. Como uma unidade representativa, o CAMED-UFRB também adota ações e posicionamentos frente a ataques à democracia, em especial à saúde e à educação. Por isso, diante de ameaças à saúde pública brasileira, em especial no Recôncavo, o CAMED tem atuado de maneira conjunta com esse território para enfrentá-las.

No atual contexto de pandemia pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), presencia-se um enfrentamento do movimento estudantil dos cursos da área de saúde frente às demandas que prejudicam tanto a saúde quanto a educação (DENEM, 2020a). Diante disso, o CAMED, tem somado força e participado na busca de soluções para a conjuntura que sejam pautadas nas realidades regionais e na busca de qualidade na

formação médica. Sendo assim, objetiva-se com esse texto expor o panorama enfrentado pelos estudantes de medicina durante a pandemia; as principais portarias lançadas pelo Ministério da Saúde (MS), e seus potenciais efeitos no processo educacional dos estudantes.

O surto classificado no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia, teve seu primeiro caso relatado em Wuhan, na província de Hubei, na China (CASSELLA, 2020). O Ministério da Saúde do Brasil confirmou o primeiro caso do novo coronavírus no país no dia 25 de fevereiro de 2020 no estado de São Paulo. Na Bahia, o primeiro caso foi registrado na cidade de Feira de Santana no dia 6 de março de 2020. O primeiro caso de Santo Antônio de Jesus foi notificado pela Secretaria Municipal de Saúde no dia 1 de março de 2020 (RODRIGUEZ-MORALES, 2020; SESAB, 2020).

Apesar de uma taxa de mortalidade considerada baixa, a rápida propagação do vírus faz com que o fluxo de demanda por serviços de saúde seja superior a capacidade de oferta, podendo provocar colapso dos sistemas de saúde ao redor do mundo. Por esse motivo, a OMS traça como recomendações para o controle da disseminação da doença, a higiene frequente das mãos, etiqueta respiratória, limpeza e desinfecção ambiental, bem como a manter distância física e evitar aglomerações (OMS, 2020).

Em consonância às determinações da OMS, várias prefeituras municipais e governos estaduais decretaram o fechamento dos serviços considerados não essenciais e de escolas (OMS, 2020). O ensino superior também sofreu esse impacto dificultando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que o curso de medicina é estritamente presencial e prevê uma carga horária composta de atividades práticas, esse foi diretamente atingido (MEC, 2020). Logo, as aulas no ensino superior foram suspensas pelas instituições, tendo a modalidade de Educação a Distância (EAD) sido aprovada para cursos presenciais no dia 18 de março de 2020 pelo Ministério da Educação (MEC, 2020).

A modalidade EaD foi amplamente adotada pelas instituições de ensino superior privadas, enquanto as instituições públicas seguiram majoritariamente a linha de congelamento ou suspensão do calendário acadêmico. Para se instalar uma modalidade EaD é necessário garantir que todos os discentes e docentes tenham acesso à internet e à computadores e/ou smartphones, sendo responsabilidade das instituições de ensino prover esses recursos (MEC, 2020). No entanto, em nosso país, nem todos têm acesso à internet e essa realidade está interligada às desigualdades socioeconômicas. De tal

modo, que de acordo com o relatório realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) a região Nordeste apresentou o menor percentual de domicílios com acesso à internet quando comparado com as demais regiões do país (CETIC, 2018).

Assim sendo, a UFRB constituiu o “Comitê de Acompanhamento e Enfrentamento à COVID-2019” no dia 13 de março de 2020 e suspendeu as atividades acadêmicas e administrativas a partir do dia 17 de março de 2020, não optando pelo ensino EaD por entender que não há isonomia de acesso entre os discentes (UFRB, 2020). Em contrapartida, segundo dados da DENEM (2020), universidades particulares mantêm parte de suas atividades no modelo EaD. Infere-se, portanto, que a atual conjuntura escancara as desigualdades de acesso não só na educação como ao mundo digital.

É válido ressaltar, que apesar de o ensino EaD ter sido liberado, ele não abarca a carga horária de estágios e internato (MEC, 2020). Desse modo, o uso dessa plataforma se limita a alguns anos da graduação de medicina e algumas disciplinas, não contemplando toda a formação. Sendo assim, diante das recomendações da OMS, visando a proteção dos estudantes, e devido à falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a maioria dos estágios e internatos foram suspensos, o que pode acarretar em atraso na formação dos estudantes (DENEM, 2020b).

O MEM tem se articulado para fomentar a discussão e propor soluções para os impactos que a crise social, política e sanitária disparada pela pandemia tem gerado. Em sua primeira nota, a DENEM destacou especificidades da pandemia no contexto brasileiro, onde o desmonte promovido pela política econômica neoliberal tende a pôr em posição de maior vulnerabilidade a população SUS-dependente. Para o MEM o fortalecimento do SUS deve ocupar um lugar central no combate à pandemia. Para tanto, as executivas nacionais dos cursos de saúde entendem que seus estudantes devem se mobilizar em torno da revogação da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os investimentos públicos em áreas estratégicas como saúde e educação (DENEM, 2020d).

Ainda no mês de março, o Ministério de Saúde e o Ministério da Educação (MEC), através da Portaria nº 492 de 23 de março de 2020, convocou os estudantes dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Medicina para compor o *front* de combate à pandemia de COVID-19 através de uma Ação Estratégica chamada “O Brasil conta comigo” (BRASIL, 2020).

Em nota, as executivas dos cursos supracitados evidenciam pontos críticos e contraditórios da Ação Estratégica. Para o MEM, a ação visa recrutar mão de obra barata através da utilização de estudantes dos cursos de saúde, contribuindo para a manutenção de um contingente expressivo de desemprego de algumas categorias da área. A ação expõe também estudantes, famílias e sociedade ao perigo de mais um vetor de transmissão do COVID-19, uma vez que essa é vaga ao falar da segurança dos estudantes que podem vir atuar no programa (DENEM, 2020c).

Ademais, uma vez que a maior parte das escolas médicas do país suspenderam suas atividades presenciais, outro debate passou ocupar lugar de destaque para o MEM: a Portaria Nº 345 do MEC e a modalidade de ensino a distância (EaD). A DENEM se colocou contrária à substituição dos calendários acadêmicos pela modalidade à distância, mesmo nos ciclos básico e clínico, por entender que o ensino em saúde possui características incompatíveis com essa modalidade de ensino. A executiva expressou também o entendimento de que o EaD abre precedente para um processo de precarização na educação médica (DENEM, 2020d).

Diante do exposto, compreende-se a necessidade de entendimento e enfrentamento do atual contexto no qual estudantes de medicina se encontram devido à pandemia. Somado a isso, a publicação das portarias pelo governo relativas à participação desses estudantes em tal crise também exige juízo cauteloso, visto que impactam diretamente nas formas de atuação, na segurança e no aprendizado. Dessa forma, é imprescindível pensar o acesso à educação de estudantes de medicina na atual crise e garantir que esse acesso seja de qualidade. Cabe, portanto, um tensionamento por parte do movimento estudantil de medicina, em busca da conciliação entre as questões de urgência sanitária no Brasil e o ensino médico no país que deve, sobretudo, empenhar-se para o norteamo de estratégias que busquem assegurar a excelência do ensino médico tal qual promover a adoção e ampliação de medidas de educação em saúde.

Salienta-se que, diante da não previsão de uma vacina e da retomada de aulas presenciais, a partir de uma pressão do MEC, as universidades federais começaram a pautar a necessidade de construção de um calendário acadêmico, em regime especial. No entanto, compreendemos que, caso seja adotado, este calendário deve ser apenas de caráter emergencial, para ser aplicado no contexto da pandemia, respeitando as diferentes realidades e demandas entre os cursos e suas comunidades acadêmicas. De tal modo, podem ser ofertados componentes curriculares que, se adequem a esse

modelo a partir de uma análise pedagógica minuciosa dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) sem comprometer os princípios formadores da universidade e respeitando as diretrizes nacionais desses cursos. Assim, infere-se que algumas disciplinas teóricas podem ser ministradas sem grandes prejuízos.

Em relação ao internato faz-se necessário pensar estratégias para um retorno presencial, assim que possível, mediante avaliação da SESAB e da Secretaria de Saúde de Santo Antônio de Jesus. Isso requer a aquisição institucional de EPIs, bem como a adoção das demais medidas recomendadas pelo Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). Desse modo, uma das pautas do MEM da UFRB propõe a modificação do número de semanas em cada rodízio e do modelo de distribuição das turmas práticas, podendo alterar a carga horária diária de cada discente, de modo que seja possível uma melhor alternância entre os mesmos, proporcionando a redução do fluxo de pessoas no serviço simultaneamente.

Portanto, essas e demais estratégias têm sido pensadas com o objetivo de promover um debate qualificado sobre os desafios e perspectivas das instituições federais na adequação ao contexto atual, sem necessariamente significar ser a favor ou contra o ensino EaD. Afirmamos a necessidade de que essas estratégias possuem como premissa a compreensão das vulnerabilidades e iniquidades, ainda mais evidentes no momento hodierno. Sendo assim, faz-se necessário que as instituições pensem em políticas de inclusão, permanência e acessibilidade. A partir disso, os movimentos estudantis devem tensionar em prol de que, caso seja aprovado um calendário emergencial, este compreenda todas essas questões e consiga lidar com os desafios postos, com o intuito de manter a qualidade e universalidade do ensino.

Referências

BAHIA. Secretaria da saúde. *Bahia confirma primeiro caso importado do Novo Coronavírus (Covid-19)*. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2020/03/06/bahia-confirma-primeiro-caso-importado-do-novo-coronavirus-covid-19/>. Acesso em: 5 maio 2020.

BALLAROTTI, Bruna. *O movimento estudantil de medicina e a criação do SUS: uma história na luta pela saúde trabalho*. 2010. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Medicina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRASIL. Ministério da educação. *MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=8644>
1. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Gabinete do Ministro. Portaria nº 639, de 31 de março de 2020. *Dispõe sobre a Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde”, voltada à capacitação e ao cadastramento de profissionais da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19)*. Diário Oficial União, Brasília, DF, 02 abr. 2020; Edição 64 Seção 1:4.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino*. Brasília, 2020. Acesso em: 4 julho 2020

CASCELLA, Michele; RAJNIK, Michael; CUOMO, Arturo *et al. Features, Evaluation and Treatment Coronavirus (COVID-19)*. StatPearls [Internet]. p. 1-17, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK554776/>. Acesso em: 5 maio 2020.

CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018*. Disponível em: <https://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>. Acesso em: 6 maio de 2020.

DENEM, DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA.
Importância da atuação e resistência do movimento estudantil na pandemia. Curitiba, 2020a. Disponível em: <http://www.denem.org.br/>. Acesso em: 21 abr.

DENEM, DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA.
Nota Oficial da COVID-19. Curitiba, 2020b. Disponível em: <http://www.denem.org.br/>. Acesso em: 6 abril 2020.

DENEM, DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA.
Nota das Executivas Nacionais De Cursos Da Saúde (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Medicina) Sobre o Edital N° 4/2020 do MS: O Brasil conta comigo, mas eu não posso contar com o Brasil: a precariedade das políticas públicas de permanência estudantil e a precarização dos profissionais de saúde. Curitiba, 2020c. Disponível em: <http://www.denem.org.br/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

DENEM, DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA.
Importância da atuação e resistência do movimento estudantil na pandemia. Curitiba, 2020d. Disponível em: <http://www.denem.org.br/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

DENEM, DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA.

Carta ao Ministério da Saúde, A Vossa Excelência O Sr. Dr. Luiz Henrique Mandetta. Curitiba, 2020e. Disponível em: <http://www.denem.org.br/>. Acesso em: 1 mai. Disponível em: <https://www.denem.org.br/sobre/história/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Modes of transmission of virus causing COVID-19: implications for IPC precaution recommendations.* Disponível em: <https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/modes-of-transmission-of-virus-causing-covid-19-implications-for-ipc-precaution-recommendations>. Acesso em: 5 maio 2020.

PINTO, Hêider A. *O Movimento Estudantil de Medicina e a transformação da Escola Médica.* Interface-Comunicação, Saúde, Educação, V.4 [S.L.], p. 159-160, 2000.

RODRIGUEZ-MORALES, Alfonso J.; GALLEGO, Viviana; ESCALERA-ANTEZANA,

Juan Pablo; *et al.* *COVID-19 in Latin America: the implications of the first confirmed case in Brazil.* Travel Medicine And Infectious Disease, [s.l.], p. 101613-101616, 9 fev. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tmaid.2020.101613>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. *Plano de Contingência COVID-19.* Acessado Disponível em:

<https://www.ufrb.edu.br/portal/images/coronavirus/plano-contingencia-ufrb-covid19.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.